



DOCENCIA - INVESTIGACIÓN

Percepção dos acadêmicos de enfermagem acerca da sua proteção à patologias imunopreveníveis

Percepción de los estudiantes de enfermería acerca de su protección ante patologías inmunoprevenibles

***Wojciechowski de Carvalho, M do C., *Zepka Baumgarten, L., **Riegert Borba, M., **Silva Da Costa, CF.**

*Enfermeira. ** Msc. em Enfermagem. Docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande FURG. Brasil.

Palavras-chave: estudantes de Enfermagem; vacinação; enfermagem

Palabras clave: estudiantes de enfermería, vacunación; enfermería

Keywords: nursing students; vaccination; nursing

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar o conhecimento específico dos acadêmicos do curso de enfermagem de uma universidade federal do sul do País, acerca da sua proteção a patologias imunopreveníveis. Foram submetidos a um estudo qualitativo do tipo exploratório 35 acadêmicos de enfermagem, aos quais foi aplicado um questionário com perguntas abertas. As respostas originaram categorias de análise, assim apresentadas: importância da imunização; atividades de risco; acesso às informações sobre imunização; vacinas indicadas aos trabalhadores da saúde; sugestões para contextualizar a necessidade de imunização. Os resultados revelaram que apesar dos acadêmicos considerarem importante a imunização como um modo de proteção, a abordagem do tema em sua formação ainda é muito pequena. Isso decorre dos entraves relacionados, como a falta de uma reflexão acerca do assunto, na instituição que oriente e respalde a ação profissional. Foi possível identificar também que os estudantes reconhecem as imunizações como modos de proteção e enfatizam a importância da prevenção, no entanto, muitos não possuem seu calendário vacinal completado. Tornar obrigatório o comprovante de vacinação atualizado para todos que têm contato com campos de prática, resultará numa maior visibilidade ao problema e retorno do investimento da instituição. Assim, faz-se necessário um enfoque mais específico de proteção e prevenção dos trabalhadores durante a formação acadêmica.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue identificar el conocimiento de los estudiantes del curso de enfermería de una universidad federal del sur del País acerca de su protección a patologías inmunoprevenibles. Se sometieron a un estudio cualitativo de tipo exploratorio 35 estudiantes de enfermería a los cuales se aplicó un cuestionario con preguntas abiertas. Las respuestas originaron las siguientes categorías de análisis: importancia de la inmunización; actividades de riesgo; acceso a las informaciones sobre inmunización; vacunas indicadas a los

trabajadores de salud; sugerencias para contextualizar la necesidad de inmunización. Los resultados revelaron que a pesar de que los estudiantes consideraron importante la inmunización como un modo de protección, el abordaje del tema en su formación todavía es muy pequeño. Esto se debe a las barreras relacionadas, como la falta de una reflexión acerca del asunto en la institución que oriente y respalde la acción profesional. Fue posible identificar también que los estudiantes reconocen las inmunizaciones como modos de protección y enfatizan la importancia de la prevención, sin embargo, muchos no tienen su calendario vacunal completado. Hacer obligatorio el comprobante de vacunación actualizado para todos los que tienen contacto en trabajos de prácticas, dará una mayor visibilidad al problema y retorno de la inversión de la institución. Así, se hace necesario un enfoque más específico de protección y prevención de los trabajadores durante la formación académica.

ABSTRACT

The aim of this study was to measure the knowledge of protection against vaccine preventable pathologies held by students on a nursing course at a federal university in the south of the country. The qualitative, exploratory study comprised 35 students of nursing who were given an open question questionnaire. The answers gave rise to the following analysis categories: the importance of vaccination; risk activities; access to information about vaccination; recommended vaccinations for health workers; suggestions to contextualise the need for vaccinations. The results revealed that while the students saw vaccination as important for their protection, the issue is little addressed in the course of their training. This is due to certain barriers such as a lack of consideration about the issue within the institution that directs and supports professional action. The study also found that students recognised vaccinations as a means of protection and stressed their importance of prevention. However, many of them were not up to date with their own vaccination calendars. Making this obligatory for all in the fields of practice would serve to enhance the problem and give better returns on the investments made by the institution. A more specific focus on prevention and protection of workers is, therefore, necessary during academic training.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi instituído em 1973 como uma forma de coordenar ações que se caracterizavam, até então, pela reduzida cobertura. Na área da saúde, é uma prioridade nacional, com responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal. O alcance dos objetivos e a adoção de estratégias com um mínimo de unidade exigem a articulação dessas instâncias, de forma a compatibilizar atividades, necessidades e realidades, num esforço conjunto¹.

A Lei nº. 6.259, de 30/10/1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231, de 12/08/1976, institucionaliza o PNI e define competências, afirmando que a vacinação é um serviço básico, passando obrigatoriamente a ser planejada no conjunto das ações oferecidas pela rede de serviços de saúde¹.

Na Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080/1990) consta que a saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológicas e vigilância sanitária, à promoção, proteção de sua saúde, assim como visa a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho². A mesma Lei objetiva garantir a revisão periódica de doenças originadas no processo de trabalho, a interdição quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores, a fiscalização e o controle de serviços de saúde do trabalhador.

É sabido que em muitas atividades existe risco aumentado de aquisição e de transmissão de doenças infecciosas no ambiente do trabalho, onde se pode adquirir a doença ou ser o veículo da mesma em sua transmissibilidade. É preciso, portanto, de acordo com a atividade e as características do ambiente de trabalho, definir o grau de risco para doenças

infecciosas tais como a tuberculose, varicela, rubéola, sarampo, influenza, doenças pneumocócica, doença meningocócica, hepatite A e B, raiva e poliomielite³.

A Lei nº 4.370/06, da Prefeitura Municipal de Americana/SP, dispõe em seu Artigo 1º como sendo obrigatória a vacinação dos grupos expostos a doenças imunopreveníveis, tais como profissionais e estudantes da área de saúde. Apresentando ainda em seu parágrafo único que é competência da empresa, entidade ou instituição a que estiverem vinculados, proceder ao encaminhamento dos profissionais e estudantes às Unidades Básicas de Saúde, mediante o preenchimento do Formulário de Solicitação de Vacinas para trabalhadores e estudantes⁴. A mesma Lei apresenta ainda em seu Artigo 5º, que o controle da vacinação dos trabalhadores, profissionais e alunos é responsabilidade da empresa, entidade ou instituição através dos respectivos serviços de medicina do trabalho⁴.

Os acadêmicos da Área da Saúde estão expostos a vários tipos de riscos em seus campos de estágio, principalmente o risco biológico. Este risco está presente direta ou indiretamente no seu dia a dia, agravado pela transmissibilidade e virulência dos microrganismos presentes nas instituições de saúde¹¹.

A Universidade de Brasília (UNB), em parceria com o Hospital Universitário de Brasília (UHB), promoveu uma campanha para incentivar a prevenção de doenças e conscientizar professores, estudantes e servidores sobre a importância da imunização oferecendo vacinas contra tétano, febre amarela, hepatite B, tríplice viral e raiva humana. Esta campanha atendeu não só a área da saúde, mas também todos os funcionários e estudantes⁷.

Segundo professores daquela universidade, iniciativas como esta, são fundamentais para incentivar a vacinação entre adultos, uma vez que as pessoas estão na faixa etária entre 20 a 39 anos não manifestam o entendimento de que necessitam ser imunizados, e que seus objetivos foram atingidos, mobilizando e conscientizando a comunidade acadêmica a respeito da importância da vacinação. No primeiro dia foram vacinadas 300 estudantes, professores e servidores. Cerca de 500 pessoas se vacinaram na última rodada da campanha, dois terços a mais que a média das três primeiras rodadas. Na terceira fase, 60% dos imunizados estavam na faixa etária de 18 a 30 anos. No primeiro semestre, aproximadamente 1,4 mil pessoas se vacinaram. A grande procura foi motivada pelo fato da vacinação ter sido realizada dentro do campus, em locais de grande circulação⁷.

Com base nestes dados, o objetivo deste estudo é o de conhecer a percepção dos acadêmicos do curso de graduação em enfermagem acerca de sua necessidade de imunização enquanto trabalhadores da área da saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo se caracterizou como tendo abordagem qualitativa, do tipo exploratório⁹, e foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande, junto ao Curso de Graduação em Enfermagem, que em 2008 contava com 210 acadêmicos matriculados.

O período de coleta foi março/abril de 2008. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas.

Os questionários foram distribuídos aos 35 participantes, o critério foi composto por acadêmicos de diversos, que demonstraram interesse em fazer parte do estudo, sendo estipulado um prazo de sete dias para sua devolução. Foi garantindo o anonimato dos

mesmos, sendo que, suas falas estão apresentadas, ao longo do capítulo Resultados e Discussão, com a identificação A1, A2, A3,... A35.

A análise e a organização dos dados ocorreram através de: pré-análise, exploração do material, organização de resultados. Na fase de pré-análise, foi realizada a leitura e codificação dos questionários, separando as respostas por semelhanças e diferenças. Na fase de exploração, houve exaustiva leitura e re-organização do material coletado; finalmente foram elaborados os conteúdos por categorias, associando-se em cinco categorias: a importância imunização; as atividades de risco; acesso às informações sobre imunização; as vacinas indicadas aos trabalhadores da saúde; as sugestões para contextualizar a necessidade de imunização.

Foi seguida a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde¹⁰. Os participantes foram informados do objetivo e da metodologia do estudo, solicitando-se seu Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área de Saúde – CEPAS/FURG, pelo parecer nº 20/2008.

RESULTADOS

Do total de estudantes do curso (210), participaram deste estudo 35 acadêmicos matriculados do primeiro ao quarto ano do curso; 22 são do sexo feminino e 13 do sexo masculino. A idade dos acadêmicos variou de 19 a 39 anos de idade.

A partir das informações contidas nos questionários, as respostas foram classificadas quanto às semelhanças e diferenças. Posteriormente, foram agrupadas em cinco categorias, previamente definidas na metodologia.

Categoria 1 - A importância da imunização

Através de suas respostas, os acadêmicos mostraram reconhecer a importância e necessidade da imunização e do conhecimento da prevenção de várias doenças transmissíveis, principalmente por terem contato direto aos materiais orgânicos de vários clientes. De acordo com os participantes desse estudo, estar com as vacinas em dia é de vital importância, pois

“[...] lidamos com pacientes, na maior parte das vezes, com doenças transmissíveis. Então, estar imunizado contra [...] doenças diminui o risco de adquiri-las, fora que como somos acadêmicos e estamos aprendendo, o risco, ou ocorrer algum acidente é grande, com material perfuro-cortante, por exemplo.” (A10).

“ [...] vivemos num ambiente sujeito a contaminações, agulhas, lixo hospitalar e pacientes contaminados.”(A21)

“...mesmo quando acadêmicos entramos em contato com situações de risco à nossa saúde e a vacinação é uma das formas de proteção do acadêmico.” (A7).

Categoria 2 – As atividades de risco

Quanto à percepção de riscos nas atividades, os acadêmicos de enfermagem sentem-se expostos aos riscos decorrentes da realização de procedimentos invasivos, principalmente devido às alterações de saúde de clientes atendidos no seu cotidiano de trabalho.

“Procedimentos invasivos, comunicação com usuários em grupo de risco, ambientes fechados e pouca ventilação, no qual realizamos atividades, utilização de equipamentos de proteção individual ineficaz.” (A19).

“São inúmeras as atividades que necessito de vacinação, mas principalmente o contato com os pacientes no hospital, pois durante toda a vida acadêmica teremos muito contato com doenças de alto risco de contágio, mas que tem um método de prevenção muito fácil que é a vacinação.” (A24).

“... Ter contato com secreções dos pacientes, acidentes com pacientes com Hepatite e HIV e outras, estar exposto a doenças com tuberculose, que a forma de transmissão é através da fala, espiro, secreções (escarro).” (A25).

Apenas um estudante referiu que a necessidade de vacinação é essencial para a realização de suas atividades quando em contato com pacientes no hospital. Com isto, é possível entender que reconhecem a necessidade do cuidado nos mais diversos campos de atuação, tanto curriculares quanto extracurriculares.

Categoria 3 - Acesso às informações sobre imunização

Nas colocações, referentes às informações e orientações sobre as vacinas indicadas para sua faixa etária e desenvolvimento de atividades, foi identificado que entendem que têm pouco conhecimento, sendo que os mesmos cursam uma disciplina no qual é especificamente trabalhado o tema “imunizações”, mas não pontualmente as vacinas dos trabalhadores. Os acadêmicos mencionam como fonte de informações referentes a imunização

“ [...]a internet, no site do ministério da saúde.” (A27).

“folder da Secretária Municipal de Saúde, Secretária Estadual de Saúde e o Manual de Imunizações do M.S.” (A34).

“internet, através de campanhas e colegas [...]” (A33).

“[...]livros e internet.” (A15).

“[...] folder [...]” (A18).

Nos relatos sobre as formas utilizadas para acessar as informações, os acadêmicos citaram com mais frequência os recursos “externos”, e poucos foram os que mencionaram as disciplinas da graduação, o que nos leva a questionamentos sobre as abordagens desenvolvidas no curso de graduação e a utilização de material para consulta.

Categoria 4 – As vacinas indicadas aos trabalhadores da saúde.

As respostas abaixo ilustram o conhecimento dos acadêmicos quanto às vacinas necessárias aos trabalhadores da área da saúde:

“Tétano, Hepatite, Rubéola, BCG.” (A1).

“Hepatite.” (A2).

“Hepatite B, anti-tetânica, fiz as duas.” (A18).

“BGC, Hepatite B, dt, SRC ou rubeóla, VO.” (A25.)

Em relação às respostas sobre as vacinas já recebidas:

“Não, estou em andamento com o esquema da hepatite B. A anti-tetânica esta atrasada.”(A11).

“Não sei ao certo! Realizei a vacina contra rubeóla ano passado, obs: não estou em dia com as vacina.” (A12).

“Realizei todas.” (A22).

“Não, porque não realizei todas as doses da vacina anti-hepatite.” (A26).

“Não tenho certeza” (A31).

Categoria 5 - As sugestões para contextualizar a necessidade de imunização

Ao serem questionados sobre ações que consideram importante para mudança de abordagem e compreensão do tema, apresentaram colocações com:

“[...] devem ser orientados ainda em sala de aula a realizarem todas as vacinas necessárias.” (A6).

“Gostaria que os professores nos orientassem mais sobre a realização das vacinas, maior divulgação nos murais de vacinação dos corredores, organizar mutirões de vacinação aos estudantes, quando o aluno visitar o posto de saúde pela primeira vez, deve apresentar a carteira de vacinação... palestras de profissionais da saúde são sempre bem vindas aos calouros... esses encontros nos trazem informação e nos despertam o interesse[...].”(A12)

“Acho que deveria ser mais discutidos [...].” (A15).

“[...] abordando um conteúdo no 1º semestre [...]”. (A24).

“Deveria ter um calendário vacinal para acadêmicos e funcionários.” (A28).

“Em meio acadêmico deveria ser mais informado a cerca da necessidade de vacinação para o auto cuidado.” (A34).

As colocações evidenciam que, mesmo relatando saber qual a importância, necessidade e quais vacinas devem receber, há carência de conhecimentos sobre o assunto. Neste momento, é interessante retomar a discussão de que, apenas ter informações não é suficiente.

DISCUSSÃO

Nos últimos anos, em consequência das disseminações de doenças transmissíveis, como por exemplo a Influenza A e a Febre amarela, tem-se observado, no Brasil, um crescimento

da procura pela vacinação entre os profissionais da área da Saúde, porém a prevalência ainda não é satisfatória, especialmente quando se considera que a maioria das vacinas é disponibilizada gratuitamente na rede pública de saúde.

A imunização é parte essencial dos programas de controle de infecção em saúde ocupacional, pois assegura ao trabalhador da área de saúde redução nos riscos de aquisição de doenças imunopreveníveis, bem como redução no número de indivíduos e profissionais suscetíveis, reduzindo assim o risco de transmissão de doenças dos profissionais aos pacientes e vice-versa¹¹.

A Sociedade Brasileira de Imunização (SBIIm) recomenda um calendário vacinal ocupacional, reconhece que profissionais de saúde estão sob risco significativo de contrair / transmitir doenças preveníveis por imunização e preconiza as vacinas contra hepatite A e B, influenza, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, coqueluche, tétano e varicela¹⁸.

Em 2004, o Ministério da Saúde instituiu em todo o território nacional a imunização contra a hepatite B em adolescentes com a faixa etária de 11 a 19 anos, o que até então era somente para recém-nascidos, desde 1986, e neste mesmo ano tornou obrigatória a vacinação de todas as vacinas, a todos os cidadãos ingressos em escolas, desde creches, universidades a empresas¹⁶. Entretanto, corroboramos com alguns autores¹¹ que referem que a realidade revela um grande número de profissionais e estudantes que não possuem seu cartão de vacinação atualizado, sem falar naqueles que desconhecem seu histórico vacinal. Em nossa pesquisa, pudemos notar que muitos dos sujeitos, com a idade mínima de 19 anos, não foram contemplados com a completa imunização disponibilizada na rede pública contra hepatite B e Tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) e a BCG, reforçando a necessidade dos futuros profissionais buscarem a prevenção contra estas doenças.

Destacamos também, que a baixa adesão dos graduandos à vacina contra rubéola é preocupante, pois grande parte dos estudantes da área da saúde são do sexo feminino. o que também foi constatado em estudo realizado e constatado com acadêmicos de enfermagem de Minas Gerais¹⁷.

Percebe-se uma “incoerência” entre o que dizem ser importante e o “comportamento” de promoção e prevenção. Entende-se como inquietante que acadêmico não tenha muita certeza de que vacinas realmente receberam, especialmente pelo fato de que a frequência de diagnósticos de Hepatite B e de Hepatite C tem apresentado aumento nos últimos anos. É importante ressaltar que a imunização contra a Hepatite B e contra o Tétano, são consideradas como precaução padrão¹.

O acidente ocupacional, envolvendo exposição a material biológico, é tema relevante na área de saúde. Os riscos de infecção dos estudantes de enfermagem, portanto, são, no mínimo, iguais aos dos profissionais já inseridos nas unidades de saúde. Nesse caso, o risco se torna mais preocupante, pois os mesmos participam de uma série de atividades, às quais os expõem a sangue, secreções e/ou fluídos corpóreos, entretanto estão em processo de desenvolvimento de habilidades técnicas, tornando-se um agravante que potencializa este risco¹⁹.

Estudo cujo objetivo foi descrever a epidemiologia das exposições ocupacionais de alunos do terceiro ano de Medicina e identificar os fatores de risco associados que possam ser modificados com o intuito de reduzir a exposição ao risco, encontrou que 60 (9,3%) dos estudantes se expuseram a material biológico e que entre os tipos de acidentes 36 (60,0%)

foram exposição da pele íntegra ou membrana mucosa a sangue e fluídos corpóreos e 24 (40,0%) houve injúria, por instrumento perfurocortante²⁰.

Outra investigação, realizada em 2003, verificou que de 7649 acidentes ocorridos no período de 1995 a 1998, 4587 (60,0%) dos profissionais acometidos eram, enfermeiros e estudantes de Enfermagem, e que 77,6% das injúrias foram provocadas por agulhas, envolvendo sangue, chamando a atenção para a exposição ocupacional desta categoria profissional. Na atuação dos profissionais da área de enfermagem o tempo dispensado ao paciente/cliente, a natureza dos procedimentos realizados e o manuseio freqüente de objetos perfurocortantes, faz com que acidentes ocorram com maior freqüência, justificando o porquê de um maior número de acidentes entre os enfermeiros¹⁹.

Dentre as atividades identificadas como trazendo riscos, aparecem aquelas onde há exposição aos fluídos corporais da clientela, especialmente o sangue, sendo o uso de material perfurocortante, o que mais aparece. Estes dados são coerentes com a freqüência identificada na literatura em que, 50% do total de acidentes de trabalho, ocorre pelo manuseio de perfurocortantes¹².

Esses estudos corroboram com os nossos achados e confirmam, mais uma vez o quanto o aluno esta vulnerável a acidentes, e nos leva a repensar o nosso papel em relação à prevenção e controle de infecção, nos âmbitos acadêmico e ocupacional. Demonstram também que apesar das instituições de ensino orientar seus alunos sobre a imunização, este ensino tem sido frágil, não explicitando quais vacinas devem ser recomendadas para os profissionais da área de saúde, mesmo estando preconizado pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH)¹¹. Assim, reforça-se a necessidade de implantação e implementação de políticas não só para os acidentes ocupacionais nas Instituições de Ensino de Saúde, mas também para a imunização dos graduandos, ou seja, para todas as medidas necessárias para a prevenção e controle das infecções.

Nossos resultados foram semelhantes aos de dois estudos brasileiros publicados em 2006¹¹ e 2010¹⁴, evidenciando uma orientação compartimentalizada e de abordagem fragmentada, o que dificulta agregar o conhecimento de forma consistente e aplicável ao cotidiano do profissional de saúde. Concordamos com alguns autores¹¹ que afirmam que apesar da disciplina curricular se constituir, na maior fonte de informação, observamos uma diluição deste conteúdo em uma série de disciplinas, desde as do ciclo básico, comum a todas os cursos, como Bioquímica, Imunologia e Microbiologia, até disciplinas específicas de cada curso, não havendo consenso quanto a uma disciplina específica, sendo citadas aproximadamente 32 disciplinas diferentes.

Estudo semelhante ao nosso sobre o papel das instituições de ensino superior na prevenção das doenças imunopreveníveis¹¹, revela que esta é a forma mais eficaz de prevenção e proteção contra exposição à contaminação de vírus no ambiente de trabalho. Ainda aparece no seu texto que, o Ministério da Saúde do Brasil, em 2004, através da Portaria nº 597¹⁶, torna obrigatório, em universidades, o comprovante de vacinação atualizado, de acordo com o calendário de vacinação e faixa etária estabelecidos pelo Programa Nacional de Imunizações. Sua revogação, determinada pelo Ministério da Saúde, deu-se em 2006, sob a Portaria GM/MS nº 1.602¹⁵ e, refere-se principalmente, a exposição e riscos ocupacionais, inerentes às atividades profissionais dos graduandos de cursos da área de saúde.

Aprovamos a sugestão dos autores¹⁴ em relação ao controle de falhas na imunização individual, que se daria por meio do "trote" ao estudante na ocasião do acesso à faculdade,

quando os calouros seriam avaliados quanto à situação vacinal e encaminhados para regularização. Ou mesmo, investir na implementação de programas sistemáticos e periódicos de vacinação aos estudantes, eventualmente em parceria com a Direção das instituições, que poderiam ter o mesmo resultado potencial na detecção e regularização de falhas na cobertura vacinal¹⁴.

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG, através do Projeto T-HE-R Saúde, no ano de 2007, realizou atividades para atualizar o calendário vacinal de trabalhadores do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr (HU) da FURG, alunos e docentes dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, servidores administrativos, e estudantes do Curso Técnico de Enfermagem do (Colégio Técnico Dr. Mario Alquati), oferecendo vacinas contra Hepatite B, Tríplice Viral (TV) e Difteria e Tétano (Dt)⁸.

Esse projeto⁸ contou com a participação voluntária dos acadêmicos da enfermagem para a administração das vacinas. Através das atividades desenvolvidas buscou-se viabilizar o contato do estudante com todas as normas e com a legislação pertinentes à regulação da prevenção e controle de infecção, pois quanto mais precoce for esse contato, maior a chance de o futuro profissional se conscientizar e assimilar as práticas preconizadas².

Acreditamos que o conhecimento construído, na academia, tende a ser aplicado e repetido pelo trabalhador, quando inserido no mercado de trabalho. No que se refere à imunização, na graduação, os egressos devem compreender os aspectos teóricos e práticos do controle e prevenção das infecções relacionadas aos serviços de assistência a saúde (IRSAS), pois constituirão elementos de uma atuação profissional coerente.

Ressaltamos também que não existem muitas produções relacionadas à imunização de estudantes e trabalhadores da enfermagem. Assim, consideramos necessário produzir mais nesta temática, pois assim poderá-se refletir também a valorização do cuidado e da orientação de enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou o conhecimento e a percepção dos acadêmicos do curso de Graduação em Enfermagem da FURG acerca de sua necessidade de imunização, sendo um espaço para levar os participantes à reflexão sobre sua necessidade de sua imunização, em decorrência do contato com situações em que há riscos, por estarem expostos a agentes patogênicos virais e bacterianos, na maior parte dos campos de atuação, seja em atividades curriculares como extracurriculares.

Através dos resultados obtidos, pode-se considerar que os acadêmicos de enfermagem participantes, reconhecem as imunizações como um modo de proteção, referindo fragmentos e necessidades em relação à mesma, manifestando a expectativa de que receberão as informações ao longo do curso. No mesmo tempo que, quase unanimemente, enfatizam a importância da prevenção, não são todos que mantêm o calendário vacinal atualizado, sendo que alguns nem têm certeza de que vacinas foram realizadas.

Diante do contexto, se pode refletir sobre complementação na forma de abordar o tema na instituição, estimulando um enfoque mais específico de proteção e prevenção dos trabalhadores durante a formação acadêmica; tornar obrigatório o comprovante de vacinação atualizado para todos os acadêmicos que têm contato com campos de prática, conforme Portaria MEC 597/04.

Dentre as Sugestões para continuidade do estudo podem ser enumeradas: aumento do nº de participantes; manutenção do Projeto THER Saúde; inclusão do tema nas Aulas Inaugurais do curso; contribuição para COMCUR de Enfermagem com informações sobre riscos e as vacinas indicadas aos trabalhadores da área da saúde; sensibilizar os acadêmicos sobre a sua necessidade de imunização.

Desde modo, acredito que se refletirmos acerca deste assunto, e aumentarmos nosso conhecimento sobre os riscos que podem estar atrelados às diferentes situações, bem como sobre as medidas que devem ser implementadas para preveni-los, estimularemos a conscientização dos acadêmicos da área da saúde sobre a importância de sua imunização, no futuro, enquanto como trabalhadores cuidadores, favorecendo que tenhamos outro tipo de posição, perante nós mesmos e nossos clientes.

Espera-se que este trabalho contribua para a instituição, na proposição e manutenção de um programa relacionado à prevenção dos riscos ocupacionais aos acadêmicos, que são futuros profissionais da área da saúde.

REFERÊNCIAS

1. Brasil, Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho, Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde-Representações no Brasil da OPAS/OMS. Brasília (DF); 2001.
2. Brasil Lei nº. 8080/90 de 19 de setembro de 1990- Art.6, &3º. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília , 1990.
3. Ballalai I, Migowski E: Imunização e prevenção nas empresas, Um guia de orientação para a saúde dos negócios e do trabalhador. 2006 p.01-24, Rio de Janeiro. Extraído de [<http://www.svim.org.br>], [acesso em 12 de outubro de 2007].
4. Hetze EJ. Imunização dos trabalhadores (Prefeitura Municipal da Americana 04/07/2006) Revista Jovem Médico .242- 243 abril/00, publicação oficial: Jornal O Liberal, de 07/07/2006 Extraído de [<http://www.americanasp.gov.br/legislacao/leis/4370.htm>], [acesso em 25 de agosto de 2007].
5. Machado JMH. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. cadernos de saúde pública, artigo, vol.13 Suppl: 2 Rio de Janeiro 1997.
6. Oliveira MG. Aspectos epidemiológicos dos acidentes de trabalho num hospital geral. Ver. Bras. Saúde Ocupacional, 10 (40), 1982.
7. UNB, Universidade de Brasília. Saúde: Vacina também é coisa de gente grande. Textos UNB Agência, 05 de maio de 2006. Extraído de [<http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0606-09htm>], [acesso em 15 de agosto de 2007].
8. Maas CG, et al. Projeto T-HE-R Saúde: vacinação de profissionais de saúde e estudantes dos cursos de enfermagem e medicina da Furg, Rio Grande, março/2007.
9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. 2ª ed. Pesquisa Qualitativa em Saúde São Paulo-Rio de Janeiro, 2004.
10. Brasil. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.
11. Santos SLV, et al. O papel das Instituições de ensino superior na prevenção das doenças imunopreveníveis, Revista Eletrônica, 08 (01): 91 – 98, 2006.
12. Ballalai I. Sociedade Brasileira de Imunizações. Esquema de imunização indicado em serviços de saúde, Abresst- Seminário NR32- Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, abril/2007 - São Paulo.
13. Queiroz MCB. Biossegurança. In: Oliveira AC. Albuquerque CP, Rocha LCM. Infecções hospitalares-abordagem, prevenção e controle. Rio de Janeiro: MEDSI, 1998, 183-195.

14. Cheuhen Neto JA et al. Situação vacinal dos discentes da Faculdade de Medicina da UFJF-MG. Rev. bras. educ. med. [online]. 2010, 34(2): 270-277.
15. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria N°1602, de 17 de Julho de 2006. Institui em todo o território nacional, os calendários de Vacinação da Criança, do Adolescente, do Adulto e do Idoso. [online]. [acesso em 6 abr. 2008]. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1602.htm>
16. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria N°597, de 8 de Abril de 2004. Institui, em todo território nacional, os calendários de vacinação. [online]. [acesso em 6 abr. 2008]. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-597.htm>
17. Leite JCA.; Ribeiro JL; Neme NC. Acompanhando a situação vacinal de graduandos de Enfermagem: relato de experiencia do projeto de Extensão Fique Esperto Vacine-se já. In: 60 Congresso Brasileiro de Enfermagem, 2008, Belo Horizonte. Espaços de Cuidado, espaço de poder: Enfermagem e cidadania. Brasília : ABEn-Nacional, 2008.
18. Sociedade Brasileira de Imunizações. Calendários de vacinação. (on line). Disponível em: <<http://www.sbim.org.br/programas.htm>>. Acesso em: 30 set. 20010.
19. Santos SV. Situação vacinal e exposição a material biológico: o papel das instituições de ensino superior na formação de graduandos na área de saúde no estado de Goiás Goiânia, 2006. 92p : il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem.
20. Birenbaum D; Wohl A; Duda B; Runyon M; Stearns B; Willett M. Medical student's occupational exposures to potentially infectious agents. Acad Méd, Florida, 2002. 77(2):185-189.
21. [Tarantola A](#), [Golliot F](#), [Astagneau P](#), [Fleury L](#), [Brücker G](#), [Bouvet E](#). Occupational blood and body fluids exposures in health care workers: four-year surveillance from the northern France network. Am J Infect Control, St. Louis, v.31, n.6, p.357-363, 2003.

ISSN 1695-6141

© [COPYRIGHT](#) Servicio de Publicaciones - Universidad de Murcia